

# **A relação da UFG com o seu Repositório Institucional: documentos regulatórios**

**Marcio Luiz Fernandes Barbosa** (UFG) - marcioluizbarbosa1@gmail.com

## **Resumo:**

*O presente trabalho analisa a relação política e institucional da Universidade Federal de Goiás (UFG) com o seu Repositório Institucional a partir dos documentos regulatórios existentes e sua consonância com as diretrizes do modelo Open Access. A comunicação científica é uma importante etapa no ciclo da produção do conhecimento. Nas últimas décadas um novo modelo baseado no acesso livre à informação científica surge através do Open Access, movimento internacional que tem por objetivo o fim das barreiras de acesso à comunicação científica, especialmente econômicas. São propostas duas vias, uma delas a formação de repositórios institucionais onde toda a produção científica das instituições seja depositada e disponibilizada à comunidade científica (via verde).*

**Palavras-chave:** *Comunicação científica. Open Access. Repositório Institucional. Universidade Federal de Goiás (UFG).*

**Eixo temático:** *Eixo 15 - I Fórum de Bibliotecas Universitárias: Comunicação Científica no contexto da Ciência Aberta*

## Introdução:

Os Repositórios Institucionais são o fruto de um debate de décadas em que se buscou alternativas ao tradicional modelo de comunicação científica (caro e restritivo). A partir da década de 1990, com o desenvolvimento e a abertura da internet, amadurece a ideia de um novo modelo para a comunicação científica baseado em fontes de informação sem barreiras de acesso: o movimento Open Access. Este possui como estratégia a criação de periódicos de acesso gratuito e o desenvolvimento do Repositórios Institucionais (via amarela e via verde).

Trata-se de um ambiente (on-line) onde é coletada e disseminada a produção intelectual de uma determinada instituição, a fim de que esta seja também preservada (LYNCH, 2003 apud GUIMARÃES; SILVA; NORONHA, 2009). Outros autores, como Crow (2002 apud GUIMARÃES; SILVA; NORONHA, 2009), definem os Repositórios Institucionais como uma coleção de itens preservados, enquanto capital intelectual de uma ou mais instituições. Existem diversas definições, de diversos autores, mas todas têm no cerne o fato de serem uma estrutura on-line, de acesso aberto, composta pela produção (geralmente, científica) de uma instituição.

O modelo Open Access fortalece as instituições produtoras de ciência e tecnologia em dois aspectos importantes: redução de custos e protagonismo na comunicação científica. Ao criar uma grande rede internacional de cooperação, através da divulgação de suas pesquisas científicas com acesso aberto, tem-se uma redução no custo de aquisição de informação científica de forma geral, especialmente de periódicos (que tradicionalmente eram os veículos de comunicação, por meio de seus artigos científicos). Paralelo a isso, neste novo modelo, as instituições de pesquisa e universidades protagonizam não apenas a produção científica como também a comunicação científica, o que era feito pelos editores científicos no antigo modelo.

Para o funcionamento deste novo modelo é preciso engajamento por parte das instituições que compõem esta grande rede. Neste processo, a comunidade que forma a instituição precisa compreender a importância do seu repositório enquanto política contínua de democratização de acesso, assim como de ferramenta de visibilidade da sua produção. Para tanto, as instituições precisam elaborar diretrizes que norteiem suas comunidades, as políticas e documentos regulatórios são fundamentais neste processo. O presente trabalho versa sobre a relação da Universidade Federal de Goiás (UFG) com seu Repositório institucional, partindo por base os documentos que lhe regulam diretamente. Enquanto objetivo, busca apresentar como os documentos regulam e versão sobre o funcionamento do RI-UFG e se estas estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo modelo Open Access.

## Método da pesquisa:

O método utilizado na pesquisa, segundo Prodanov e Freitas (2013), foi a pesquisa-ação com o objetivo de promover a interação entre pesquisador e objeto de pesquisa. Já o procedimento técnico empregado neste trabalho foi o estudo de caso. Segundo Prodanov e Freitas (2013), este modelo é o mais adequado dado o objeto da pesquisa, pois com base no acúmulo oriundo da pesquisa bibliográfica e documental realizada será possível estudar a fundo o caso específico do Repositório Institucional da UFG.

Os instrumentos empregados na coleta de dados foram a observação (sem interferência) e a pesquisa (bibliográfica e documental). Esta pesquisa envolveu um levantamento bibliográfico sobre as temáticas: Open Access, Repositórios Institucionais, Comunicação Científica e Ciência Aberta. A fim de obter conteúdo teórico para buscar os elementos fundamentais do tema proposto. Já a pesquisa documental, teve como objetivo coletar todas as informações disponíveis da relação da Universidade com seu repositório, do ponto de vista institucional. Portanto, consultou-se o site oficial, onde estão as resoluções da UFG, nele encontramos as resoluções CEPEC nº 1240/2010 de 14 de fevereiro de 2014 e CEPEC 1611/2018, data de 30 de novembro de 2018.

## Resultados e Discussão:

O Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás foi criado em 2009. Possui 11290 (aferição em 18/04/2019) itens na sua base, os mais antigos são datados de 1971. Uma comissão gestora é formada Biblioteca Central, CERCOMP (Centro de Recursos Computacionais), PRPG (Pró-Reitoria de Pós- Graduação), PRPI (Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação) e PROGRAD (Pró- Reitoria de Graduação). A bibliotecária Cláudia Moura, chefe da Gerência de Recursos Tecnológicos do SIBI-UFG, é a responsável pelo Repositório.

No processo de avaliação de um Repositório Institucional é indispensável levar em conta desde a estrutura (softwares e hardwares, equipe envolvida, formatos, parâmetros, etc), até a relação institucional (resoluções, normas etc). Autores como Camargo e Vidotti (2009), indicam que existem elementos indispensáveis na avaliação desses ambientes, dentre os quais: a política. Existem duas resoluções que norteiam o RI-UFG.

A primeira resolução é a CEPEC nº 1240/2010, que delimita questões como o estabelecimento da comissão gestora, documentos a serem depositados (artigos, teses e dissertações, livros ou capítulos de livros, produção artística, trabalhos de conclusão de curso de graduação e de especialização lato sensu, trabalhos

publicados em eventos e recursos educacionais abertos), documentos dispensados de depósito (publicações com fins comerciais, artigos publicados em revistas que em contrato impedem publicação em repositórios de acesso livre e documentos passíveis de serem patenteados), estar em consonância com os parâmetros do modelo Open Access, povoamento (descentralização: deve ser feito pelas coordenações, direções ou unidades acadêmicas), metadados e o mecanismo de autorização de divulgação (termo de ciência e autorização para disponibilizar versões eletrônicas das produções).

A segunda resolução que estabelece normas do Repositório Institucional da UFG é a CEPEC 1611/2018. Ela define normas para o povoamento dos trabalhos de conclusão de cursos de graduação (TCCG's). Esta resolução surge após a modificação do instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e a distância do INEP/MEC. A partir dela é necessário que a Instituição, para obter conceito máximo, possua repositório com a produção dos TCCG's disponibilizada on-line. Fica definido que a Biblioteca Central será responsável pela gestão do RI-UFG. Esta gestão compreende a capacitação dos servidores ao uso do Dspace (software usado para o desenvolvimento do repositório), validar os metadados, disponibilizar as orientações gerais, manter o serviço de fichas catalográficas e disponibilizar os arquivos no RI-UFG. Cabe as coordenações das graduações definir servidor responsável em receber os TCCG's, a forma de recebimento (e-mail, CD, etc), orientar os estudantes e orientadores quanto as normas para o depósito e promover a infraestrutura necessária para tal. O Centro de Recursos Computacionais (CERCOMP-UFG) dará suporte técnico a Biblioteca Central na operacionalização do RI-UFG.

#### Considerações Finais ou Conclusões:

A partir da década de 1990, um novo modelo para comunicação científica denominado de Open Access, ganha cada vez mais espaço globalmente. No Brasil ele também é realidade, as principais instituições de pesquisa e universidades aderiram, desenvolvendo seus Repositórios Institucionais e portais de periódicos científicos de acesso aberto.

No caso das universidades, especificamente, a partir do novo instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e à distância do INEP/MEC tem-se institucionalizado em âmbito federal que os RI's devem ser parte integrante da estrutura das mesmas, também a título de avaliação conceitual. Isso mostra a importância dessas novas fontes. A visibilidade da produção intelectual é fator cada vez mais observado, inclusive por instituições de fomento à pesquisa e ciência. Além de visibilidade, a necessidade de acesso e preservação da memória da

produção institucional é fundamental em uma época em que a informação se tornou passivo valioso. Parte daí a necessidade da UFG em estabelecer normas de política Institucional de Informação, no que tange o seu Repositório Institucional. Após pesquisa bibliográfica e documental, além de observação realizada, é possível constatar o esforço institucional da Universidade Federal de Goiás em adequar-se ao novo cenário. A UFG gere o portal de periódicos e o Repositório Institucional dentro das diretrizes do Open Access: acesso livre e irrestrito. Vale ressaltar o papel fundamental do Sistema de Biblioteca da UFG (SIBI-UFG), sendo o seu tutor e gestor. Além das resoluções que regulam e norteiam o RI-UFG, vale destacar o empenho da instituição no sentido de proporcionar estrutura de pessoal e de equipamentos, assim como a dedicação do Sistema de Bibliotecas e da sua Gerência de Recursos Tecnológicos (GRT-UFG) na sua gestão, assim como a rede formada pelas unidades acadêmicas, coordenações e secretarias acadêmicas. Para a sua efetivação é necessária a adesão da comunidade, no esforço de desenvolver e manter o RI-UFG. Certamente a instituição tem papel central nesse esforço de convencimento da sua importância. A visibilidade das produções, redução de custos de acesso à informação científica, protagonismo das instituições produtoras de ciência e tecnologia, na comunicação científica são fatores importantes a serem apresentados nesse processo de convencimento.

#### Referências:

CAMARGO, Liriane Soares; VIDOTTI, Silvana Aparecida. Arquitetura da Informação para repositórios digitais. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: Edufba, 2009. Cap. 3. p. 55-82.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; SILVA, Cícera Henrique da; NORONHA, Ilma Horsth. RI é a resposta, mas qual é a pergunta?: primeiras anotações para a implementação de repositório institucional. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: Edufba, 2009. Cap. 12. p. 261-281.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo - Rs: Feevale, 2013. 276 p. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538>

/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC nº 1240/2010, de 14 de fevereiro de 2014. Estabelece normas para a Política Institucional de Informação no que se refere ao Repositório Institucional no âmbito da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<https://www.ufg.br/n/63397-resolucoes>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC nº 1611/2018, de 30 de novembro de 2018. Estabelece normas para o povoamento dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação (TCCG) no Repositório Institucional da UFG (RI/UFG). Disponível em: <<https://www.ufg.br/n/63397-resolucoes>>. Acesso em: 18 mar. 2019.